

PPP, UMA BOA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO?

A AAPBB participou, em 17.09.2004, de Seminário sobre Parcerias Público-Privadas, na FIRJAN, no Rio de Janeiro, em que foram destaques a manifestação do Senador Waldir Raupp, relator do Projeto de Lei, bem como a do Senador Tasso Jereissati, que fez ponderações sobre a necessidade de aperfeiçoamento do projeto, para que não se repita o descontrole fiscal de passado recente nem se gere o estímulo a obras de natureza política.

Expositores técnicos ressaltaram a importância da finalidade das PPP, na maior parte dos países onde a modalidade foi adotada, que é a de propiciar redução de custo para o Poder Público, pois a prestação de serviços públicos pelo setor privado se dá, em regra, com maior eficiência.

Os Governos de países da América do Sul, com capacidade de financiamento esgotada por problemas de endividamento - o Brasil, principalmente - não estão em condições de resolver suas grandes necessidades de obras de infra-estrutura, como as de reconstrução de estradas e portos e de saneamento básico que, além de serem de retorno em longo prazo, não oferecem rentabilidade atrativa para o capital privado. Daí o apoio dado ao plano, pelo BID, formando um Fundo para trazer recursos do exterior, bem como o do FMI, ao considerar extrateto da meta de superávit primário os investimentos da espécie. Também a oposição concorda em que a criação das PPP, no Brasil, possa ser instrumento que viabilize desenvolvimento da economia, com a criação de empregos. (continua na pág.2)

PPP - CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE REPRESENTANTES DOS ASSOCIADOS, NOS FUNDOS DE PENSÃO

Em carta enviada ao Senador Tasso Jereissati, em 26.09.04, a seu pedido, a propósito do Projeto de Lei que trata das Parcerias Público-Privadas, a AAPBB encaminhou proposta no sentido de que seja criado um órgão técnico - a Comissão de Representantes dos Associados - na estrutura organizacional de cada Fundo de Pensão, com a finalidade de fazer com que tenham participação mais efetiva no processo decisório e condições de permanecer vigilantes quanto à boa gestão do patrimônio.

A Comissão de Representantes dos Associados teria, pois, a incumbência de analisar e julgar tempestivamente as operações submetidas aos Fundos, na modalidade de PPP, bem como de opinar sobre a implantação de novas linhas de negócios, a participação em empresas de ramo de atividade ainda não contemplado e a assunção de riscos operacionais de vulto, tudo dentro da preocupação de multiplicar os capitais da entidade, com observância dos princípios de liquidez, rentabilidade e segurança nas operações realizadas. (continua na página 2)

COM MAIS SÓCIOS, A AAPBB TERÁ MAIOR REPRESENTATIVIDADE PARA LUTAR POR NOSSAS CAUSAS. CONVENÇA SEU AMIGO A TAMBÉM SE ASSOCIAR. TEL. 2232-7561 E 2509-0347.

■ PPP, UMA BOA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO?

Preocupa-nos sobretudo a segurança dos investimentos, sua adequação e rentabilidade.

PPP - CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE REPRESENTANTES DOS ASSOCIADOS, NOS FUNDOS DE PENSÃO

As razões que levaram a AAPBB a propor ao Senador Tasso Jereissati a criação desta Comissão

Pág. 2

■ CASSI - QUAL O PREÇO DA SAÚDE ?

Pág. 3

■ PREVI - PARECE QUE ESTÁVAMOS

ADIVINHANDO...

No início do Governo Lula, todos estávamos cheios de esperança. E hoje?

AAPBB REALIZA ASSEMBLÉIAS DIA 17/11

Pág. 4

■PREVI/CASSI O DESPERTAR

Hoje, grupos de funcionários do BB, por todo Brasil, lutam por seus interesses em preservar a PREVI e recuperar a CASSI.

Pág. 5

■ CONSELHO DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Pág. 6



PPP,

UMA BOA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO?

Considerando a finalidade e a perspectiva de viabilidade do plano, a AAPBB tem firmado posição sobre a aplicação do dinheiro da PREVI nas PPP: preocupa-nos sobretudo a segurança dos investimentos, sua adequação e rentabilidade. Assim, consideramos que seria razoável a participação da PREVI mas somente se atuar dentro de política própria de aplicações, que incluam:

- Participação diretamente na empresa privada prestadora dos serviços públicos contemplados, vis-

tas, em relação aos gestores, as qualidades de experiência e tradição no ramo de atividade e limitada a 10% do investimento privado no empreendimento;

- Criação, tal como nos demais Fundos de Pensão, de uma Comissão de Representantes dos Associados;

- Autoconfiança do empresário principal no empreendimento, traduzida por participação majoritária entre os parceiros privados;

- Preferência para projetos com preponderância de capital de in-

vestidores privados;

- Diluição de riscos nas operações, com participações de menor valor em maior número de projetos;

- Escolha de empreendimentos que contem com mercado para disponibilizar valores investidos, se necessário;

- Garantias, índice de rentabilidade e grau de retorno dos capitais aplicados aceitáveis.

Enfim, pensamos que eventual investimento da PREVI, em PPP, deva recair antes de tudo em boa oportunidade de negócio e seja em associação diretamente com o investidor privado majoritário e administrador da prestação de serviços. Ou então mediante aquisição em Bolsa de Valores de ações de empresas rentáveis dos ramos de atividade contemplados ou ainda mediante aquisição de cotas em Fundos de aplicação específica cuja gestão esteja a cargo de bancos de primeira linha. ■

PPP - CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE REPRESENTANTES DOS ASSOCIADOS, NOS FUNDOS DE PENSÃO

E por que esta importante providência? Porque todos já perceberam que, à medida de seu antecessor, o Governo Lula preparou uma estrutura de comando na PREVI capaz de outra vez ensejar que o Banco (o Patrocinador) decida a participação em investimentos e a realização de negócios de vulto, sem ouvir consistentemente seus proprietários (os associados poupadores: participantes e assistidos).

Como promessa de campanha e que deve ter rendido significativa quantidade de votos, o Governo atual, por seus prepostos, prometeu-nos restabelecer o Estatuto e a GESTÃO COMPARTILHA-

DA de 1997 e corrigir outros absurdos cometidos nas intervenções da SPC na PREVI. Por incrível que pareça, deu-se uma guinada na atitude desses prepostos – que estiveram nessa luta ao nosso lado – depois que passaram a ocupar os mais importantes cargos de administração da Caixa (entre estes, o Presidente da Diretoria Sérgio Rosa e o Presidente do Conselho Deliberativo Henrique Pizzolato, que é também Diretor do próprio Banco). E, em vez de cumprirem o compromisso, ampliam a cada dia a estrutura de poder que antes condenavam. Ultimamente, aproveitaram as eleições havidas para fazer remanejamentos de dirigentes, tor-

nando os associados (participantes e assistidos) ainda mais alijados das decisões operacionais, seguramente para fazerem o que o Banco e o Governo bem entenderem nos investimentos em PPP.

E enquanto não se corrige o absurdo de não serem os legítimos proprietários da empresa PREVI – os associados (participantes e assistidos) – que exerçam o poder de comando sobre seu patrimônio, temos que adquirir condições para impedir a realização de negócios danosos, como já aconteceu, por ação de prepostos nomeados para cargos de direção na PREVI, especialmente na época das privatizações. ■

PREVI INFORMA

Em geral, 5 dias antes do crédito, os aposentados e pensionistas podem ver o contracheque na página da PREVI na internet. Com a senha, é só acessar o Auto-atendimento, opção Consulta ao Contracheque, onde o contracheque aparece com todas as informações. Outra forma de conhecer o valor do benefício antecipadamente (cerca de 4 dias antes do crédito) é conferir os lançamentos futuros nos extratos da conta corrente. Para permitir o acesso antecipado aos valores do benefício, a PREVI se empenha para que os assistidos recebam em sua residência o contracheque antes da data do crédito.

CASSI

QUAL O PREÇO DA SAÚDE ?

ACASSI publicou em seu Jornal, edição setembro/outubro - 2004 (página 11), artigo que trata dos custos da assistência à saúde a serem praticados pelos planos que operam o mercado de saúde suplementar. Sob o título "O preço da saúde", a matéria enseja um clima de expectativa ante uma nova Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e afirma que o novel instrumento estaria recebendo a adesão das entidades do segmento.

Outro tanto, na mesma linha regulatória do segmento, informa sobre o andamento do Projeto de Lei 3466/04, ora em tramitação na Câmara Federal dos Deputados, o qual visa reindexar esse mercado, inclusive preconizando que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) venha a tabelar preços.

Segundo a CASSI, a mencionada CBHPM, após três anos de desenvolvimento, estaria ainda em fase de ajuste, com vistas a corrigir distorções, enumerando procedimentos médicos, com acréscimo de mais de mil novas modalidades, por ordem de complexidade, tempo de execução, cognição e risco. Embora a matéria não explicita um quadro mais definido, principalmente quanto aos novos valores a serem pagos, a CASSI adianta que, por intermédio da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS) - da qual faz parte e detém a presidência -, já teria assumido o compromisso de adotar a CBHPM e

que, inclusive, pretende implantar sua tabela a partir de janeiro de 2005. Por seu turno, unilateralmente, o Conselho Federal de Medicina, mediante resolução, considerou a CBHPM como referencial mínimo para a remuneração de atendimento médico no sistema de saúde suplementar.

Através da publicação, a CASSI faz candente apologia do novo sistema de classificação e defende a negociação dos novos valores a serem pagos, os quais devem resultar de entendimento entre as suas Superintendências e as comissões estaduais das entidades médicas. Por fim, comenta que a decisão de abrir negociação com as entidades médicas teria por escopo evitar paralisação no atendimento aos seus beneficiários.

Para melhor entendimento, é oportuno lembrar o *status quo* da tabela de valores vigente que está organizada por especialidades médicas (cardiologia, pediatria, etc), formando capítulos específicos e, dentre estes, outras divisões por procedimentos (angioplastia, cateterismo, etc), enquanto na CBHPM, os procedimentos são classificados segundo a região anatômica onde ocorrem, ampliando a quantidade de procedimentos e alterando substancialmente seus valores em função dos novos parâmetros considerados adicionalmente (complexidade, tempo de execução, cognição e risco).

Vemos com preocupação a postura adotada pela CASSI de apoio explícito

e adesão antecipada à nova tabela de valores a ser implantada com o advento da CBHPM, embora ainda em fase de ajuste, conforme já foi dito, fato que denota, no mínimo, precipitação. Não nos convence, como justificativa dessa adesão açodada, apenas prevenir eventuais retaliações de parte da classe médica que possam prejudicar o normal atendimento aos seus beneficiários. E, ainda que assim ocorresse, restaria o recurso da busca de solução através do entendimento. Outrossim, causa-nos grande estranheza a falta de uma prévia e indispensável negociação que deveria preceder qualquer posicionamento das partes interessadas, de cujas tratativas resultaria certamente um acordo homologatório.

Embora se reporte ao "preço da saúde", o artigo não analisa os possíveis impactos financeiros que causará às despesas dos planos de saúde suplementar que adotarem a nova tabela. Nestas circunstâncias, a própria lógica indica que um realinhamento de preços em função da nova sistemática de custos certamente resultará em majoração de desembolso e dificuldade para as operadoras que terão de repassá-los aos seus beneficiários, associados ou participantes. No caso específico da CASSI, é oportuno registrar que esses fatores também afetam diretamente a situação do Plano de Associados, cujas tratativas com a Direção do BB ainda não resultaram pactuadas, conforme se tem notícia.

Esperamos que a Direção da CASSI, cuja atuação tem-se pautado pela competência, responsabilidade e acerto nas decisões, possa refletir sobre os fatos considerados e, se necessário, não hesitar em rever posições, à luz da realidade presente e futura da nossa instituição, na defesa dos legítimos interesses e direitos dos seus associados e beneficiários. ■

PPP - AAPBB VAI AO SENADO FEDERAL

Como convidada da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que examina o Projeto de Lei que cria a PPP, a AAPBB, através de seu Vice-Presidente de Assuntos PREVI, José Adrião de Sousa, apresentou dia 9/11 sua proposta de criação de Comissão de Representantes dos Associados (participantes e assistidos), em cada Fundo de Pensão. Na próxima edição do Informativo, daremos pormenores dessa participação.

PREVI

PARECE QUE ESTÁVAMOS ADIVINHANDO...

Em 22 de novembro de 2002, compartilhando as expectativas favoráveis da população com o novo Governo, mas sobejamente escaudada com a interferência deletéria do governo anterior na PREVI, a AAPBB escreveu à Federação das Associações de Aposentados do BB, a seguinte carta premonitória:

“Tomamos boa nota do clima de incertezas que cerca, nestes primeiros momentos, a vitória do PT para a Presidência da República. Que também nós, os associados da PREVI e da CASSI, possamos substituir o medo pela esperança! Em princípio, teremos a possibilidade de ver o Governo Federal dar outro rumo à política oficial pertinente aos fundos de pensão, entre estes a PREVI. É possível que se estanque o processo de sangria que já retirou de nossas poupanças significativa quantia, coisa como R\$ 10 bilhões. Pode-se ter, por exemplo, respeito do Governo para com eventual vitória, no judiciário, relacionada com a tributação ou com a anulação do Estatuto imposto, por ter retirado o Corpo Social da relação dos poderes da entidade e sacrificado a gestão compartilhada. Não obstante, pode-se temer pela não possibilidade de conseguirmos correção, nas duas Caixas, para alguns problemas (digamos) intestinais. O que aconteceu

nos últimos anos, em que nós, associados da PREVI e da CASSI, permitimos a escolha - para dirigentes dessas entidades - quase que exclusivamente de líderes sindicalistas, nem sempre com perfil profissional adequado ao cargo a ocupar. O medo é que tenhamos de volta administradores que queiram aplicar os recursos da PREVI em empresas municipais recém-criadas, com o risco de nunca mais recebê-los. Por outro lado, vai ser muito difícil trabalharmos em boa convivência e em regime colaborativo diante da empáfia própria de alguns desses dirigentes que também a maioria já escolheu. Outros males intestinais vêm do passado mais remoto, estão arraigados. Haverá boa vontade para solucioná-los? Como a restrição aos aposentados, quanto a serem nomeados pelo Banco, para os cargos de sua indicação. Quando o normal é que eles fossem chamados a colaborar, como força de reserva, relegada pelo Governo que termina. Ou como a falta de vontade dos dirigentes para que o Corpo Social seja tratado como são os acionistas nas empresas e para que seja a base ordinariamente ouvida, por meio de reuniões NACIONAIS com as associações representativas e de Conselhos permanentes, opinando sobre auditoria de gestão e implantação de novas linhas operacionais. Isto seria

de enorme significado: para o Banco, como instrumento de controle da administração; para o Corpo Social, como elemento propiciador de confiança; e para a PREVI e a CASSI, como fator de correção de desvios e adoção de técnicas sadias nas aplicações. Enfim, como na falta de apreço dos dirigentes pelos associados, que não são recebidos senão por balconistas. O medo nos faz formular perguntas. Será que vamos poder evitar a realização de negócios escusos ou com risco acima do razoável, como emprestar aos Municípios, Estados e entidades públicas? O Banco sempre perdeu dinheiro, quando fez isso. Será que não vamos repetir a indicação política (agora do PT e sindicatos) para representantes da PREVI nas empresas de cujo capital participa? E se as ameaças de necessidade premente de solução para o rombo na previdência levarem o novo Congresso a aprovar a socialização dos custos, num modelo como o que acabou com o IAPB numa fusão de que nasceu o INPS? O PT trairia a confiança que tanta gente da categoria nele depositou? Tudo isso, para dizer o que se segue: achamos que as Associações de funcionários do BB devem lutar por esse ideário, de olho na intocabilidade de nossas poupanças e na boa administração da PREVI e da CASSI, sempre cobrando o exercício da coerência, de quem fez oposição condenando o errado e agora governará. Para que o medo passe pela esperança e se transforme em boa realidade. Enfim, que se dê preferência à defesa das idéias e que se contorne toda possibilidade de confronto entre nós, associados e dirigentes da PREVI e da CASSI, para que não se perca essa oportunidade de aceno da esperança.” ■

AAPBB REALIZA ASSEMBLÉIAS DIA 17/11

Em correspondência datada de 17/10/2004, a AAPBB convoca os associados a comparecer à AGO a ser realizada na Sede da AABBB-Lagoa, para a eleição da nova Diretoria da Associação, para o período que vai de dezembro de 2004 a no-

vembro de 2006. A votação se dará no dia 17/11/2004, a partir das 10 horas.

Nessa mesma data, será realizada a Assembléia Geral Extraordinária, a partir de 11 horas, visando:

- aprovação de alterações do Esta-

tuto para sua adequação à Lei nº 10.406, de 10/01/2002;

b) ratificação da decisão da Diretoria que reajustou o valor da mensalidade do sócio para R\$ 10,00;

c) alteração do modo de divulgação dos editais. ■

PREVI/CASSI

O DESPERTAR

Depois de anos a fio inteiramente despreocupado com a gestão de PREVI, CASSI e CAPEC – tal a eficiência com que eram conduzidas – os recentes acontecimentos, de triste memória, tiveram a virtude de acordar o funcionalismo para a necessidade de se manter atento, buscando transparência nos atos administrativos, bem como divulgação, pelos dirigentes, de metas, estratégias, prestações de conta.

E, justo neste momento, revelou-se, claro, o grau de abandono a que estávamos reduzidos, em razão de motivos vários, como fragilidades, compromissos, omissão, insegurança ou mesmo torpor de nossas entidades, tudo aliado à decepção causada pela deserção de antigas lideranças que, com a maior naturalidade e sem constrangimento, trocaram de lado.

Felizmente, no entanto, o desafio emergente encontra resposta em movimento, de início, tímido, porém determinado, de mobilização, visando ao despertar dos colegas e traduzido

no avivar daquela luz acesa em nosso interior pelo orgulho de ser do BB, de termos vivido tantos anos em ambiente de respeito e incentivo ao amor-próprio e que nos proporciona condições para crescer como seres conscientes do valor que tínhamos e dos objetivos a que nos propúnhamos.

Vieram, então, as exteriorizações. Bandeiras são desfreadadas: as vezes despertando motivações, como foi a Campanha AUTOESTIMAOURO da AAPBB; ora pugnando pela formação de novo colégio eleitoral, mais representativo e menos viciado; ora em torno da fusão de associações existentes, para fortalecê-las. Imaginou-se discussão em torno de um conjunto de princípios, que atendesse a nossos anseios mais prementes; mas, sobretudo, reconheceu-se a importância da Internet, como veículo democrático, eficiente e oportuno de divulgação de idéias, cabendo ao Mensageiro Confidencial, nesse segmento, abrir caminhos e unir lideranças.

De tudo resultou o florescimento das

sementes que muitos julgavam lançadas infantilmente ao vento e, portanto, perdidas ante a suposta falta de repercussão. Puro engano. levantar o manto de mistério que encobre o que se fez com a CAPEC durante anos, nos quais as reservas da Caixa de Pecúlio, bem como rendimentos, perderam a contabilização individualizada, que sempre tiveram, para mergulhar nos números da PREVI, num anonimato de onde foi há pouco resgatada, sem maiores explicações, já que ela imergiu equilibrada e foi devolvida com problemas financeiros.

Como se pode ver, temos muito a apurar e diligenciar, de modo que se torna evidente a importância de que todos se mantenham atentos. Se você, colega aposentado ou pensionista, não pode comparecer às reuniões de sua associação, procure buscar informações junto aos que se mostrem assíduos a essas reuniões. Procure aqueles que acessam a Internet com frequência, pois eles, certamente, terão muita coisa a lhe dizer. Compareça aos encontros de colegas, ocasião para eliminar, informalmente, suas dúvidas, ouvir e falar, numa saudável interação. Atenda, quando possível, às convocações de nossas entidades. Em verdade, através de qualquer desses contatos, você será devidamente esclarecido e poderá vir a ser um efetivo instrumento para reversão da situação em que ora vivemos. ■

CAPEC

RESTAM DÚVIDAS...

Em nosso Informativo nº 31, sob título “Qual a situação da CAPEC?”, relatamos nosso insucesso em obter da PREVI respostas sobre a real situação econômico-financeira da Caixa de Pecúlio. Mas, como dissemos, não vamos esmorecer. Em 1º de outubro passado, entregamos em mãos do

Presidente da PREVI Sérgio Rosa uma carta em que solicitamos:

- 1) demonstrativo de receitas e despesas da CAPEC, mês a mês, a partir de fevereiro de 2002;
- 2) informação sobre a rentabilidade destinada à CAPEC, sobre a Sobre de Caixa, mês a mês, no mesmo período;

3) informação sobre as providências tomadas, tendo em vista a decisão do Conselho Deliberativo nº 99/226, de 04/09/99;

4) informação sobre o saldo atual do Fundo da Carteira de Pecúlio, composto de 10% das contribuições mensais vertidas para a CAPEC;

Por fim, pedimos ao Presidente da PREVI um pronunciamento a respeito do anunciado aumento do pecúlio, previsto para vigorar a partir de 1º de julho deste ano e até esta data não informado aos participantes.

Aguardamos respostas esclarecedoras sobre tão importante tema de interesse de todos. ■

CONSELHO DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Oportunas, adequadas e indispensáveis foram as decisões tomadas pelo Plenário do Conselho, através das Resoluções nºs 13 e 14, de 01/10/2004, estabelecendo princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Dentre as normas baixadas pelas resoluções, destacamos as seguintes:

- a) a EFPC deve observar padrões de segurança econômico-financeira e

- atuarial, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e da própria entidade fechada de previdência complementar, no conjunto de suas atividades;

- b) as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realiza-

ção dos objetivos estabelecidos;

- c) é imprescindível a competência técnica e gerencial, compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC;

- d) cada plano de benefícios possui independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, como identidade própria quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos;

- e) os recursos de um plano de benefícios não respondem por obrigações de outro plano de benefícios operado pela mesma EFPC.

Cabe a nós, participantes e assistidos, bem como as entidades que nos representam, estar vigilantes cobrando tempestivamente dos responsáveis o seu cumprimento. ■

MEGAVIDA - SEGURO DE VIDA É COISA SÉRIA

E com coisa séria, não se brinca. E foi sob esse prisma de seriedade e competência que a AAPBB associou-se à AIG BRASIL - uma das maiores seguradoras do mundo - para criar o MegaVida, um seguro de vida completo desenvolvido especialmente para os funcionários do Banco do Brasil, da ativa e aposentados.

Já é do conhecimento de todos a situação de penúria em que ficam as nossas pensionistas, com a perda de

40% dos proventos, em caso de falecimento do cônjuge. Pensando em atenuar essa difícil fase, o MegaVida criou o Seguro Pensionista, ou seja, uma Pensão Complementar Temporária, especificamente destinada às pensionistas, que garante o pagamento da indenização em 12 parcelas mensais sucessivas, devidamente corrigidas monetariamente. Com isso, criam-se condições para que a pensionista possa atravessar esse período, já tão do-

loroso pela perda do cônjuge, sem maiores dificuldades financeiras, ganhando tempo para adaptar-se com menos sofrimento às novas condições de vida.

Conheça todas as vantagens que o MegaVida lhe oferece, como por exemplo a Segunda Opinião Médica. Temos corretores à sua disposição em nossa Sede, à Rua Uruguaiana, 10 - sala 1705 - Ligue 0800 7045902 ou (21) 2232-7561. ■

**AGORA QUE O COLEGA APOSENTADO ESTÁ COMPRANDO
MEDICAMENTOS COM DESCONTO DE 25%, QUE TAL INVESTIR NUM
SEGURO QUE GARANTE O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO EM DOZE
PARCELAS MENSAS CORRIGIDAS E AINDA A SEGUNDA OPINIÃO
MÉDICA INTERNACIONAL? SEGURO MEGAVIDA - LIGUE 0800 7045902
OU (21) 2232-7561**

NOSSOS POETAS

"Lembro-me
já maduro
de minha sensação de
descentramento
de *post-mortem*
no centro de Madri
vendo toda aquela multidão...
autônoma...
com todo um vasto e
riquíssimo passado
que nada tinha a ver com o meu
... e que iria continuar existindo
depois de minha volta ao Brasil -
evidentemente -
prova cabal de minha ignorância
total.
Lembro-me - por fim - de que
quando comecei
a envelhecer
e a ver outra geração tomando o
lugar da minha
- ao tempo em que todos os meus
trabalhos
eram esquecidos -
concluí que o *Mundo* é que pensa
logo existe
e que só enquanto ele pensa em
mim...
resisto."

-Trecho do livro de poemas TRIGAL COM
CORVOS - do aposentado W.J. Solha
Co-editores: Palimage Editores (Viseu,
Portugal) e Imprell Gráfica e Editora (João
Pessoa-PB)-

CONVERSA COM O LEITOR

De nosso companheiro da Direto-
ria da AAPBB recebemos para publica-
ção a seguinte carta-mensagem:

"Fui chamado para cadastrar-me no
Plano Saúde Família, e ... sem receios
informei que... um irmão faleceu aos
60 anos, com câncer... Minha queixa
de momento era uma simples prisão
de ventre, que eu julgava ser efeito
colateral de um dos medicamentos. A
médica não teve dúvidas e indicou a
imediate realização de uma
colonoscopia, dizendo: "o senhor não
se arrependerá de fazer o exame, mas
poderá lamentar se não o tiver feito".
Após a colonoscopia foi constatado
câncer inicial no intestino grosso. Na
primeira quinzena de setembro foi fei-
to novo procedimento cirúrgico com
extração da lesão... COLEGA, SE O TE-
LEFONE TOCAR E A CHAMADA FOR DO
SAÚDE FAMÍLIA, NÃO DEIXE DE ATEN-
DER."

Milton Carlos Ribeiro - Aposentado
- 66 anos de idade

CASSI COMEMORA DIA DA SAÚDE

A comemoração foi dedicada ao idoso
e foi realizada sob a forma de oficinas de
artes: Expressão Corporal, Literatura, Tea-
tro, Pintura e Escultura foram trabalhadas
de forma lúdica em grupos de associados.

Foram realizados diversos procedimen-
tos com os idosos presentes, como toma-
da da pressão arterial, medida de peso e
altura com cálculo do IMC, dosagem de
glicose e colesterol, com discussão dos
resultados. Foi apresentado um painel
com figuras de idosos bem sucedidos e
anônimos, mostrando que a terceira ida-
de é também uma fase produtiva com
possibilidade de aprendizagem e partici-
pação social ativa.

A psicóloga Maria Teresa evidenciou o
potencial que existe em cada pessoa, in-
dependente da etapa de vida que esteja
passando. As artes em geral são um bom
exemplo de como explorar essas possibili-
dades, pois permitem a liberação de emo-
ções e a descoberta de talentos pessoais
muitas vezes inexplorados.

CASSI CARTÃO AGORA VAI PARA A RESIDÊNCIA

Em correspondência dirigida a esta Associação, a CASSI informa que os cartões dos
aposentados, pensionistas e em Quadro Suplementar, com vencimento a partir de 01/
09/2004, estão sendo enviados diretamente à sua residência, atendendo antiga
reivindicação dos associados e de suas entidades representativas

EXPEDIENTE

DIRETORIA

Presidente:
RAYMUNDO GONÇALVES DA MOTTA
Vice-Presidente Administrativo:
MILTON CARLOS RIBEIRO
Vice-Presidente Adjunto:
CELSO DE MEDEIROS DRUMMOND
Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais:

Vice-Presidente Adjunto:
JOSÉ CORREIA RIBEIRO

Vice-Presidente de Assuntos Previdenciários:
JOSÉ ADRIÃO DE SOUSA

DEPARTAMENTOS

Departamento de Seguros (DESEG):
Diretor: PAULO RIBEIRO CORDEIRO
Diretor-Adjunto: JOÃO LANES SIMÕES
Departamento de Comunicações (DECOM):
Diretor: JOÃO GOMES ANDRÉ
Diretor-Adjunto: RUBEM DE CÁSSIA VENÂNCIO

Informativo da AAPBB - Associação de
Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil
Sede: Rua Uruguaiana, 10, sala 1705 -
CEP 20050-090 - Rio de Janeiro (RJ) -
Tel: (21) 2232-7561 e 2509-0347

Coordenação: João Gomes André
Projeto gráfico/Editoração/Fotolito/Impressão:
LL Divulgação Editora Cultural Ltda
Redatores: José Adrião de Sousa, José Correia
Ribeiro, Marco Aurélio Machado da Silva e Rubem
de Cássia Venâncio

MEGAVIDA

O SEGURO QUE OFERECE, NUMA HORA ADVERSA, TRANQUILIDADE PARA SUA FAMÍLIA,
COM UMA PENSÃO COMPLEMENTAR DURANTE 12 MESES.

CONTRATE ATRAVÉS DO TEL. 0800 704 5902, OU NO SITE: www.megauida.com.br, OU

DIRETAMENTE NA AAPBB

RUA URUGUAIANA, 10/1705 - CENTRO - TEL. (21)2232-7561 OU 2509-0347